TC 010.530/2018-5

Tomada de contas especial

Prefeitura Municipal de Ibiracatu/MG

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CEF), em razão da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos por meio do Contrato de Repasse 105.083-16/2000 (Siafi 411700), celebrado com a Prefeitura Municipal de Ibiracatu/MG, para execução, no âmbito do PRONAF, de ações objetivando a implantação de infraestrutura e serviços de apoio à agricultura familiar no referido município. A avença previa repasse de recursos federais da ordem de R\$ 149.940,00 e o município deveria oferecer contrapartida de R\$ 1.682,49.

2. O relatório do tomador de contas aponta débito no valor histórico de R\$ 111.700,00, sob a responsabilidade dos Srs. Orivaldo Alves de Oliveira, Joel Ferreira Lima e José Amador Mendes da Silva, ocupantes do cargo de prefeito municipal nos períodos de 2001 a 2008, 2009 a 2016 e 2017 a 2020, respectivamente.

3. A unidade técnica analisou os elementos contidos nos autos e procedeu à citação apenas do Sr. Orivaldo Alves de Oliveira, a quem caberia prestar contas. Entretanto, o responsável optou por permanecer silente, o que ensejou proposta de irregularidade das contas, com imputação de débito, mas sem aplicação de multa, por terem se operado os efeitos da prescrição da pretensão punitiva.

4. De minha parte, manifesto concordância com o encaminhamento sugerido.

5. Conforme previsto na Cláusula Décima Primeira do ajuste, a prestação de contas deveria ser apresentada até sessenta dias depois de liberada a última parcela, ainda dentro do prazo da vigência contratual (peça 2, p. 125). Nesse sentido, tendo em vista que as informações contidas nos autos dão conta de que a derradeira liberação ocorreu em 31/12/2004 e que a vigência do ajuste perdurou até 31/10/2008, não restam dúvidas de que cabia ao Sr. Orivaldo Alves de Oliveira demonstrar a correta aplicação dos valores transferidos durante sua gestão.

6. Ante a faculdade do ex-gestor de, embora devidamente notificado, deixar de exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, não resta outra alternativa que não seja, a despeito de comprovada a execução física das metas pactuadas, julgar irregulares suas contas e exigir a devolução dos valores efetivamente repassados.

7. Ante o exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com a proposta formulada para estas contas especiais.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador